



Documento de Área

Medicina Veterinária

Coordenadora de Área: Maria Angelica Miglino
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Eduardo Paulino da Costa
Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais: Francisca Neide Costa

Sumário

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área.....	2
II. Considerações gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017.....	16
III. Fichas de Avaliação para o Quadriênio 2013-2016.....	21
IV. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional.....	34
V. Outras Considerações da Área de Avaliação	37

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

a. Fotografia da área

A Medicina Veterinária é uma área de conhecimento e de avaliação da CAPES, inserida na grande área Ciências Agrárias, a qual integra o Colégio de Avaliação Ciências da Vida. Abrange 73 Programas de Pós-Graduação, sendo 46 a nível de Mestrado e Doutorado, 21 Mestrados Acadêmicos e 06 Mestrados Profissionais. Dentre os Mestrados e Doutorados Acadêmicos, 01 está situado na região Norte, 08 na região Nordeste, 06 na região Centro-Oeste, 23 na região Sudeste e 08 na região Sul. Dentre os Mestrados Acadêmicos, 03 estão situados na região Norte, 04 na região Nordeste, 01 na região Centro-Oeste, 05 na região Sudeste e 08 da região Sul. Dentre os Mestrados Profissionais, 01 está localizado na região Nordeste, 03 na região Sudeste e 02 na região Sul.

Considerada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento como uma das responsáveis pela liderança mundial do país no fornecimento e disponibilidade de proteínas de origem animal até 2021, a Área tem por responsabilidade a conduta técnica, ética, a certificação da qualidade, a abertura de novos mercados para os produtos de origem animal, a segurança alimentar, as boas práticas de conservação e manipulação de alimentos, e a demanda mundial por proteína animal. O movimento da produção animal no Brasil, país de dimensões continentais, aliado à necessidade de formação de recursos humanos qualificados na Área, sugerem urgentes adequações infraestruturais da indústria, do transporte, do comércio e marketing, além do suporte técnico da pesquisa e desenvolvimento, a fim de sustentar as metas de intensificação previstas no futuro próximo. Assim, a formulação de política adequada constitui grande desafio da Área ao grande projeto nacional de produção sustentável, sanidade e bem-estar animal. Deste

modo, o impacto dos recursos humanos formados pelos PPG da área, deverão demonstrar contribuição significativa para o desenvolvimento do país.

A mudança na dinâmica da produção animal, frente à sua movimentação rumo à região Noroeste do Brasil, deverá ser acompanhada pelos atuais desafios das ciências da sustentabilidade, para que sejam evitados novos desmatamentos, que sustentam a produção pecuária extensiva de baixa produtividade realizada nas regiões de fronteira da Amazônia Brasileira. A seu turno, as mudanças climáticas constituirão uma ameaça para a sobrevivência de várias espécies, de ecossistemas, e da sustentabilidade financeira de sistemas pastoris em várias regiões do planeta. O clima terá impacto sobre a produção e preço de grãos, produção e qualidade de pastagens, crescimento e reprodução animal, saúde e distribuição de doenças e de parasitas. Assim, o impacto da produção científica e tecnológica da área, poderá sustentar a solução dos problemas apontados, aperfeiçoando deste modo a qualidade de pós-graduação brasileira.

Simultaneamente, a Área deverá responder com competência às questões de saúde e de bem-estar animal, produzindo recursos humanos preparados para produzir e utilizar tecnologia inovadora, e enfrentar os grandes desafios nacionais e internacionais da Medicina Veterinária. Em contraste à tais necessidades, há hoje grandes assimetrias regionais na distribuição e na consolidação dos PPGs da Área. Os 15.000km de fronteiras que o Brasil tem como outros países, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, situam-se nas áreas menos aquinhoadas com PPGs em Medicina Veterinária. Assim, a vulnerabilidade e os riscos às sanidades animal e humana, vistas pelo trânsito livre de animais e de produtos de origem animal sem inspeção veterinária ou política de sanidade adequada, constituem ameaças à segurança nacional. Para tanto, os projetos de pesquisa, dissertações e teses deverão procurar focar a solução de problemas práticos e de relevância local, para que egressos da Pós-graduação possam também encontrar receptividade profissional no mercado de trabalho não acadêmico.

É necessário promover mudanças em toda a produção pecuária do país. As zonas de transição entre a Amazônia e demais regiões são caracterizadas por pecuária extensiva, desequilíbrio ambiental e por percentual elevado de doenças infecciosas. A região Centro-Oeste do país requer modelo adequado de exploração pecuária nos cerrados, uma vez que 50% do Bioma foi destruído, com extinção de espécies conhecidas, e de outras,

que sequer foram descritas. A produtividade do rebanho leiteiro não demonstrou incremento significativo nos últimos anos, frente a outros países da América Latina, tais como a Argentina. Fatores relevantes, exemplificados por intervalos entre partos e atraso na concepção de fêmeas bovinas, afetam o desempenho econômico da produção. Faltam, políticas públicas voltadas para a Área, para a educação dos produtores rurais, para o ensino de práticas relacionadas à saúde única, divulgação e popularização da ciência relativa ao conforto e à sanidade animal, à genética, à biotecnologia e à produção sustentável. A inclusão do Médico Veterinário no Núcleo de Apoio a Saúde da família, e o aumento das exportações de produtos brasileiros sugerem que mesmo nas regiões mais favorecidas de PPGs, há espaço para crescimento e desenvolvimento de outras áreas, bem como de novos desafios. Assim, os jovens doutores deverão estar preparados para a cultura de inovação, e os PPG deverão estimular pesquisadores interessados nas áreas portadoras de futuro da Área, tais como a Saúde Única: Animal e Humana, Medicina Veterinária Legal e suas Implicações, Zooterapia, Medicina Veterinária Translacional, Ciências de Animais de Laboratório, Produção Sustentável, Ensino em Medicina Veterinária, Reciclagem e Reaproveitamento de Dejetos, Produtos Bioativos, Segurança Alimentar, Bem Estar Animal, Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Poluição Ambiental, Genética de Precisão, entre outras.

O apoio às ações do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), que determina a Responsabilidade Técnica (RT) dos Biotérios Veterinários, acompanha hoje a tendência internacional, alinhando-se às questões éticas de qualificação do profissional que trabalha com animais de Laboratório. Contudo, é necessário formar e melhor qualificar pós-graduandos, para que eles possam atuar nas atividades do meio, tais como na produção de biológicos de qualidade, no aprimoramento de processos, no investimento tecnológico e principalmente, no olhar crítico e amadurecido dos pesquisadores, no sentido de buscar eficientes modelos que possam alicerçar e elevar o nível da pesquisa na área. Projetos mais audaciosos interdisciplinares poderão contribuir de maneira mais efetiva para a evolução da área.

A atual realidade da Medicina Veterinária, e as perspectivas para o futuro próximo, sugerem aos PPGs vincular o perfil dos seus egressos aos grandes desafios da Área, no sentido de formar competências que atendam às suas necessidades. Deste modo

as propostas curriculares deverão alicerçar a formação adequada, e os PPGs deverão buscar experiências inovadoras de ensino e de formação, integrando-as com o ensino de graduação na busca da Excelência.

As ações a serem desenvolvidas na perspectiva de reduzir as assimetrias regionais e intra-área, bem como a caracterização e o enquadramento dos PPGs entre as modalidades Acadêmica e Profissional, relacionam-se à análise das competências e da infraestrutura disponível nas IES, Institutos e Empresas de Pesquisa e Inovação em estados brasileiros onde não existem PPGs em Medicina Veterinária. Relacionam-se ainda à avaliação das experiências bem-sucedidas da estruturação de PPGs em Rede ou em Associação, à identificação de propostas de Mestrados Profissionais voltados para a necessidade urgente da formação de profissionais, os quais sustentariam as atividades de Inovação da Área. De outra parte, os PPG deverão medir seus impactos científicos também pelas citações da sua produção intelectual, engajar seus mestrandos e doutorandos em atividades de educação, introduzir medidas de internacionalização e de ética na pesquisa.

As diferentes modalidades de internacionalização e o reconhecimento internacional refletem a maneira mais apropriada de avaliar a participação internacional e visibilidade dos PPGs no exterior, promovendo e aprimorando a política e as ações que permitem aumentar o número de discentes e de pesquisadores do exterior nos PPGs, no sentido de diversificar parcerias e evitar endogenias. A inclusão de renomadas Instituições do Exterior nas Redes Nacionais e Internacionais de Pesquisa e de Pós-Graduação intensifica a atração de jovens talentos, estimula a modernização curricular, valorizando o processo de avaliação dos PPGs.

Relativamente à sua atuação em pesquisa no panorama mundial, em 2015 a Medicina Veterinária Brasileira ocupou a 2^a posição no Ranking de documentos dentro da área “Veterinary”, de acordo com a base de dados *SCImago Research Group*. O Fator H da Área no Brasil = 80 destaca-se como 13^o no mundo (Figura 1).

	Country	↓ Documents	Citable documents	Citations	Self-Citations	Citations per Document	H index
1	United States	3847	3504	1354	763	0.35	165
2	Brazil	1759	1730	217	114	0.12	80
3	United Kingdom	1430	1191	618	259	0.43	138
4	China	1062	1040	312	207	0.29	61
5	India	940	930	151	87	0.16	50
6	Germany	926	890	269	102	0.29	98
7	Italy	778	746	265	126	0.34	89
8	Australia	670	624	348	120	0.52	96
9	Canada	652	616	222	105	0.34	108
10	France	631	607	239	79	0.38	109
11	Japan	571	498	119	47	0.21	76
12	Spain	569	552	195	71	0.34	90
13	Poland	486	482	92	41	0.19	42
14	Turkey	483	479	50	23	0.10	43
15	South Korea	465	454	86	33	0.18	54

Figura 1. Ranking das Citações da Área da Medicina Veterinária, ordenada por documentos no ano de 2015. Fonte: Scimago Journal & Country Rank. Acesso em 24 ago. 2016: <http://www.scimagojr.com/countryrank.php?area=3400&year=2015>.

Analisados na Base de Dados Web of Science/InCities 2015, o número de documentos da Área de Medicina Veterinária, o Brasil classifica-se na quarta posição (Figura 2), e quanto ao número de citações classifica-se na oitava posição (Figura 3).

	Name	Rank	▼ Web of Science Documents	Category Normalized Citation Impact	Times Cited	% Docs Cited
<input type="checkbox"/>	▶ USA	1	4,032	1.03	2,021	27.43%
<input type="checkbox"/>	▶ UNITED KINGDOM	2	1,634	1.26	861	30.54%
<input type="checkbox"/>	▶ ENGLAND	3	1,332	1.28	693	30.71%
<input type="checkbox"/>	▶ BRAZIL	4	1,151	0.55	379	18.16%
<input type="checkbox"/>	▶ GERMANY (FED REP GER)	5	932	1.01	446	25.32%
<input type="checkbox"/>	▶ CHINA MAINLAND	6	919	1.25	771	38.52%
<input type="checkbox"/>	▶ ITALY	7	742	1.01	437	31.54%
<input type="checkbox"/>	▶ AUSTRALIA	8	676	1.23	463	40.38%
<input type="checkbox"/>	▶ CANADA	9	643	1.16	376	30.33%
<input type="checkbox"/>	▶ SPAIN	10	621	1.01	369	33.01%
<input type="checkbox"/>	▶ FRANCE	11	602	1.03	346	31.73%
<input type="checkbox"/>	▶ JAPAN	12	585	0.64	208	24.27%
<input type="checkbox"/>	▶ POLAND	13	566	0.43	135	15.19%
<input type="checkbox"/>	▶ SWITZERLAND	14	465	1.02	224	26.67%

Figura 2. Produção Científica – Veterinary Science – Ranking por quantidade de documentos – 2015. Fonte: InCites Thomson Reuters. Acesso em 24 ago. 2016: <https://incites.thomsonreuters.com/#/explore/0/region//?t=1472166983817>

	Name	Rank	Web of Science Documents	Category Normalized Citation Impact	▼ Times Cited	% Docs Cited
<input type="checkbox"/>	▶ USA	1	4,032	1.03	2,021	27.43%
<input type="checkbox"/>	▶ UNITED KINGDOM	2	1,634	1.26	861	30.54%
<input type="checkbox"/>	▶ CHINA MAINLAND	3	919	1.25	771	38.52%
<input type="checkbox"/>	▶ ENGLAND	4	1,332	1.28	693	30.71%
<input type="checkbox"/>	▶ AUSTRALIA	5	676	1.23	463	40.38%
<input type="checkbox"/>	▶ GERMANY (FED REP GER)	6	932	1.01	446	25.32%
<input type="checkbox"/>	▶ ITALY	7	742	1.01	437	31.54%
<input type="checkbox"/>	▶ BRAZIL	8	1,151	0.55	379	18.16%
<input type="checkbox"/>	▶ CANADA	9	643	1.16	376	30.33%
<input type="checkbox"/>	▶ SPAIN	10	621	1.01	369	33.01%
<input type="checkbox"/>	▶ FRANCE	11	602	1.03	346	31.73%
<input type="checkbox"/>	▶ BELGIUM	12	367	1.33	284	37.33%
<input type="checkbox"/>	▶ SCOTLAND	13	366	1.32	234	36.89%
<input type="checkbox"/>	▶ SWITZERLAND	14	465	1.02	224	26.67%

Figura 3. Produção Científica – Veterinary Science – Ranking por quantidade de citações – 2015. Fonte: InCites Thomson Reuters. Acesso em 24 ago. 2016: <https://incites.thomsonreuters.com/#/explore/0/region//?t=1472166983817>

Embora a Área tenha alcançado importante posição em termos quantitativos, há espaço para a evolução qualitativa em termos de média de impacto das suas publicações.

Considerando o Fator H da área de 1996 a 2015, bem como a proporcionalidade entre os documentos citados e não citados, incluindo as autocitações, a área demonstra os resultados apresentados na figura a seguir, segundo a fonte *Scimago Research Group* (Figura 4).

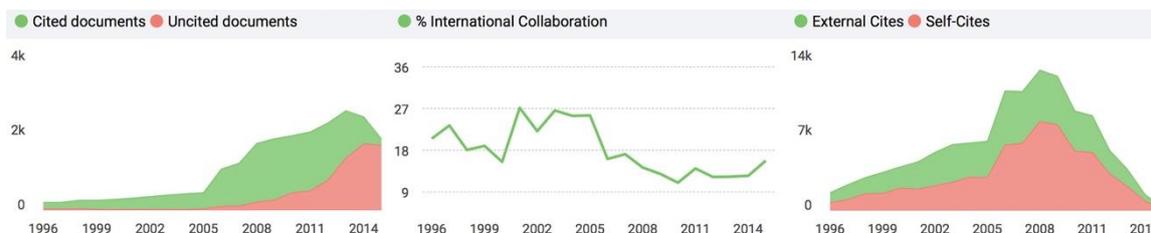


Figura 4. Métricas de produção para o Brasil, segundo o Scimago Research Group para “Veterinary” no período de 1996 a 2015.

Embora a Medicina Veterinária apresente nos últimos anos diminuição de colaborações internacionais registradas, segundo indicadores do SCImago Research

Group, tais dados não se somam àqueles constatados nas descrições do item: Internacionalização dos PPGs, obtidos pela Plataforma Sucupira CAPES, segundo os quais houve no período 1996/2014 grande ampliação das colaborações internacionais na Área.

No atinente a produção relativa da área em relação a produção mundial, percebe-se um incremento da mesma nos últimos anos. O número de auto citações da área é alto (55%), quando comparado ao que ocorre nos Estados Unidos (48%), Reino Unido (27%), China (45%), Índia (50%) e Alemanha (27%).

Os documentos utilizados nesta análise foram separados por categoria e atendem as subáreas: Medicina Veterinária Equina, Nutrição Animal, Medicina Veterinária de Pequenos Animais e Veterinária (miscelâneas).

Comparada às demais áreas de conhecimento, a Medicina Veterinária abriga importante parte da Ciência desenvolvida no Brasil, embora a produção da área e suas citações estejam também inseridas em outras subáreas do conhecimento e de especialidades, tais como Genética, Biologia Molecular, Agricultura e Ciências Biológicas, Farmacologia, Toxicologia, Microbiologia e Imunologia e Meio Ambiente, etc (Figura 5).

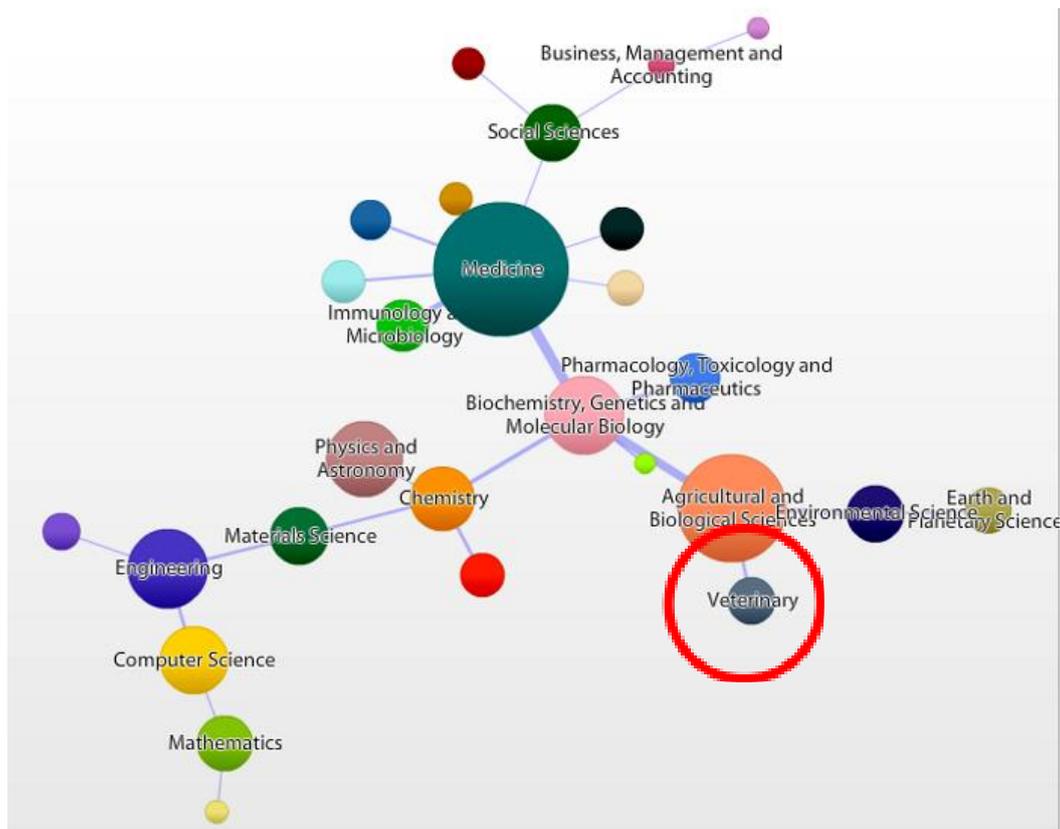


Figura 5. Mapa de relação entre as áreas do conhecimento, segundo o Scimago Research Group para “Veterinary” – 2015

Em termos comparativos, estes mesmos dados podem ser vistos para países tais como os Estados Unidos, Reino Unido, China, Índia e Alemanha, sendo estes ranqueados como 1º, 3º, 4º, 5º e 6º segundo o Scimago Journal & Country Rank (Figura 6).

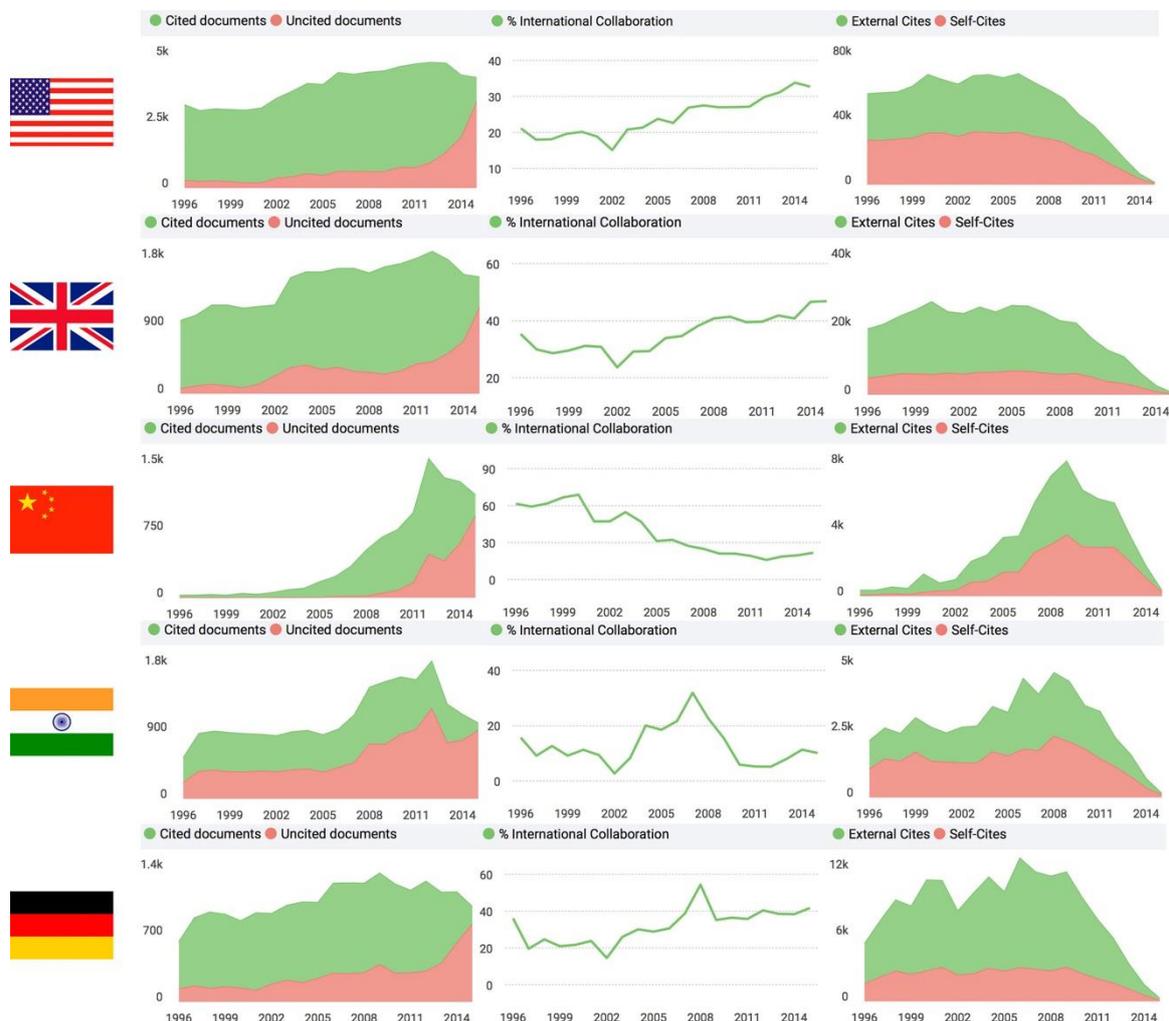


Figura 6. Métricas de produção para os Estados Unidos, Reino Unido, China, Índia e Alemanha, segundo o Scimago Research Group para “Veterinary” no período de 1996 a 2015.

Alguns itens constantes do PNPG 2011-2020 ainda necessitam de maior atenção da Área, tais como o Mestrado Profissional, que desperta pouco interesse da comunidade acadêmica, pois existem apenas 6 cursos.

Vale lembrar que a Medicina Veterinária atingiu níveis de excelência em termos qualitativos na avaliação trienal dos programas. A produção acadêmico-científica dos docentes e discentes envolvidos na Pós-graduação tem crescido em qualidade, assim como Teses e Dissertações defendidas. É considerável o número de mestres e doutores titulados, atendendo as metas do PNPG (2011-2020) (1632 mestres e 589 doutores no triênio (2007-2009) e 1406 mestres e 467 doutores no triênio 2010-2012.

b. Estado da Arte

A Área busca sua evolução e projeção, de maneira a qualificar bem seus mestres e doutores, incentivando a inovação, a tecnologia. Tem seu foco nos principais desafios nacionais e internacionais, na redução das assimetrias, e na renovação e no aprimoramento do quadro docente dos seus PPG. No sentido de incentivar o credenciamento de jovens docentes no quadro permanente dos PPGs, a Área flexibilizou suas regras de pontuação, de modo a favorecer o credenciamento rápido destes jovens pesquisadores, não contabilizando no denominador, em vários quesitos, jovens docentes permanentes com doutorado obtido a partir de 2009, incluindo o ano de 2009.

De outra parte, para acompanhar evolução de área, e, ao mesmo tempo analisar o impacto dos recursos humanos e da produção científica e tecnológica da pós-graduação na Medicina Veterinária, a Área tem sugerido outras ações relativas ao aprimoramento qualitativo dos PPG, tais como a adequação dos seus critérios de orientação e de seleção de propostas novas baseadas nas demandas atuais da sociedade.

As adequações realizadas no Qualis Periódicos da Área também sugerem o aprimoramento das tendências da Área, bem como refletem suas novas orientações:

A diversidade de atividades de pesquisa e de inovação desenvolvidas no âmbito da Medicina Veterinária, sustenta o amplo espectro de periódicos nos quais a Área publica. Há, entretanto, diferenças significativas, entre o fator de impacto dos periódicos escolhidos pelos autores, no que diz respeito a publicação em áreas básicas, que possuem um maior contingente de revistas de alto impacto, e a publicação em revistas relacionadas às áreas de aplicação, que possuem impacto menor. Tais diferenças são características da própria área, multi, interdisciplinar e transdisciplinar, cujas necessidades em pesquisa e inovação ultrapassam o conceito disciplinar na solução dos seus atuais desafios, bem como na geração de novos paradigmas da “OneHealth” – Saúde Única (Humana e Animal).

c. INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade constitui-se na inter-relação e na integração de saberes específicos, oriundos de diversas áreas afins ou complementares. Na área de Medicina Veterinária, a interdisciplinaridade proporciona o aprofundamento do conhecimento, a partir da interação entre diferentes subáreas do conhecimento, tais como anatomia, genética, bioquímica, biofísica, farmacologia, zootecnia, biologia, entre outras. Uma proposta interdisciplinar implica em uma concepção unitária frente a um problema do conhecimento, possibilitando um diálogo entre vários campos disciplinares divergentes, mas complementares. O termo “interdisciplinaridade” sugere a existência de disciplinas em separado, autônomas, que se pretende inter-relacionar, estendendo fronteiras, sobrepondo contextos, explorando faixas intermediárias.

A Pós-graduação da Área visa atender as exigências crescentes da profissão nas suas diversas subáreas, as quais podem ser exemplificadas como sanidade, produção e comercialização de produtos de origem animal. Na formação deste profissional incluem-se a aquisição de habilidades, o desenvolvimento e aprimoramento tecnológico da área, bem como as suas inserções no desenvolvimento do agronegócio, na segurança alimentar, e nos impactos sociais, científicos, econômicos e tecnológicos resultantes deste processo. Por conseguinte, no ensino da Pós-graduação, as diretrizes curriculares devem conter um vínculo com a visão interdisciplinar da prática docente e profissionalizante, na medida em que interage com conhecimentos de outras áreas e subáreas para promover, por exemplo, a sanidade e a produção animal.

A seu turno, a estrutura departamental existente na grande maioria das universidades brasileiras, resultou ao longo dos anos na fragmentação das áreas do conhecimento, na criação de disciplinas mais especializadas, na disputa mais acirrada pela captação de recursos, e conseqüentemente na compartimentalização da organização do ensino da pós-graduação do país. A evolução histórica da pós-graduação ao longo da sua existência trouxe a partir da sobreposição de conhecimentos entre disciplinas, a colaboração interdisciplinar, necessária à geração de um novo conhecimento, e aplicada à solução dos maiores desafios da Medicina Veterinária. Um novo processo de avaliação dos programas de pós-graduação poderá ter valorizadas as atividades inter e

multidisciplinares, garantindo assim a formação mais adequada dos seus egressos, assim como mais voltadas ao conhecimento da Área. A fragmentação dos Programas de Pós-Graduação em subáreas de grande especificidade, não favorece a interação dos seus membros e, conseqüentemente, a multidisciplinaridade. Assim o processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação tem sofrido ajustes de forma a não inibir a prática multi e interdisciplinar.

d. CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO BÁSICO

Considerando o número de PPGs, o número de alunos matriculados e a distribuição dos Programas de Pós-graduação no país, a Medicina Veterinária apresenta amplas possibilidades de apoio ao ensino fundamental e médio. Trata-se de área vinculada a diversas subáreas, tais como a saúde e bem-estar animal e do próprio homem, contando com inúmeras possibilidades para auxiliar na educação dos alunos que se preparam para ingressar nas Unidades ou são dirigidos precocemente à vida profissional. Dentre os Programas de Pós-graduação da Medicina Veterinária, boa parte deles dedicam-se a subáreas de Produção e Sanidade Animal. Estes já possuem ou poderiam elaborar projetos de extensão relacionados à Medicina Veterinária Coletiva, ao Bem-Estar Animal, às Zoonoses, à Produção Sustentável, à Epidemiologia e Controle das Doenças, e às diferentes formas de Interação Homem-Animal. Outros temas não menos relevantes, tais como a Posse Responsável, a Biotecnologia da Reprodução Aplicadas às Espécies Convencionais e Não Convencionais, Campanhas de Vacinação e de Erradicação das Doenças, assim como a Assistência Profilática às Propriedades Agropecuárias, poderiam de maneira semelhante constituir temas extremamente úteis à complementação do plano de estudos do ensino fundamental e médio. A forma de abordagem destes temas poderia envolver o ensino formal e não formal, e estão incluídas nessas ações o apoio e a preparação dos professores do ensino fundamental e médio. Esse tipo de atividade seria igualmente inserido nos Programas de Ensino dos Pós-graduandos, os quais obteriam créditos complementares pela coordenação, desenvolvimento e participação nos projetos de extensão. Vários exemplos internacionalmente conhecidos conferem aos pós-graduandos grandes benefícios por sua atuação com o ensino

fundamental e médio, tal como o projeto da Universidade de Gottingen (Alemanha), os quais possuem objetivos semelhantes. Os alunos do ensino Fundamental e Médio frequentam a Universidade (instalações específicas para esta finalidade) e cumprem atividades adequadas à sua idade e talento. Assim, até determinada idade, os tornam capazes de planejar um experimento e formular uma hipótese, por exemplo.

Considerando as dimensões e a diversidade brasileira, os problemas regionais e o crescimento da Pós-graduação Na Medicina Veterinária, coube a esta coordenação levantar as experiências bem sucedidas nesse aspecto, estudá-las e projetá-las nas diferentes regiões do país. Além disso, considerando as necessidades locais e as características dos programas de Pós-graduação, bem como as possibilidades de estruturação de redes de Cooperação entre instituições, tais objetivos podem estar voltados ao compromisso da Pós-graduação no auxílio à educação.

A Pós-graduação e a educação básica são concomitantemente e reciprocamente “consumidoras da produção de conhecimento, bem como da formação de sujeitos. O acesso à uma formação básica de qualidade poderá potencializar suas habilidades em pesquisa. Temas de Educação Básica enquanto objeto de pesquisa conduzem o avanço tanto do conhecimento científico quanto das tecnologias educacionais.

As atividades de pesquisa, ensino e extensão, poderiam ser melhor apoiadas por meio da produção e circulação de materiais para didáticos e de divulgação, assim como cursos, oficinas e eventos. O aprimoramento do sistema de avaliação de PPG será também realizado de maneira a incrementar as métricas e atribuir pontuação à inserção dos PPG com a educação básica. A atribuição de maior peso aos livros didáticos e demais materiais (impressos e digitais) destinados às redes da educação básica; servirá para avaliar a inserção do PPG não apenas sobre o aspecto quantitativo. Assim, a Área recomenda o maior engajamento dos PPGs em atividades de educação (Graduação e Educação Básica). Há necessidade de reforçar o vínculo da PG com a graduação.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

a) Descrição e orientações sobre a avaliação

A avaliação quadrienal será baseada na utilização de novos instrumentos de avaliação (plataforma Sucupira, planilhas de indicadores e relatórios do Coleta, nova ficha de avaliação, e novo regulamento da avaliação). O regulamento da avaliação distingue clientela constituída por Programas Acadêmicos, Programas Profissionais e Programas em Rede. Para cada um deles foi criado um modelo de ficha de avaliação. Outras novidades são as planilhas de indicadores dos dados a serem avaliados (Programa, Docente, Fluxo discente, Produção/Programa, Produção/docente, Produção/discente e produção com participação discente). Além disso, dados sobre egressos dos Programas de Pós-Graduação permitirão avaliar juntamente com outros dados os impactos dos Programas/Cursos.

b) Considerações advindas do Seminário de Acompanhamento

Para a Medicina Veterinária a “Fotografia de Meio Termo” da Área pareceu inicialmente a recuperação de ideia da “avaliação continuada”. Entretanto, uma vez vigente a avaliação quadrienal, alicerçada sobre o contínuo aprimoramento do processo de avaliação equilibrada, sustentada pela análise qualitativa, simples e transparente, a Área reanalisou a questão, enxergando a possibilidade de considerar a “Fotografia de Meio Termo” como uma oportunidade de conhecer dados e valores relevantes para as adequações do seu Documento de Área, elemento fundamental no Processo de Avaliação. Neste devem estar inseridos novos valores baseados nas tendências de modernização e desafios da Área, aprimorando assim os critérios para a avaliação qualitativa, premiando as melhores e mais relevantes experiências de ensino de Pós-Graduação, e contribuindo para os grandes desafios da Pós-Graduação brasileira.

A fotografia permitiu também identificar a direção que a Área deveria seguir, simplificando o método de avaliação, permitindo identificar as derivadas e as tendências dos cursos ainda não consolidados, por exemplo. À parte, considerou-se a função didática da Fotografia de Meio de Termo.

Durante o Seminário de Acompanhamento, os dados referentes à “Fotografia de Meio Termo” da Área foram apresentados, mediante análise referendada por seus pesquisadores, oriundos de diferentes estados da Federação, pertencentes às distintas Subáreas da Medicina Veterinária. Esses pesquisadores foram convidados pela Coordenação de Área, e, tendo obtido recursos das suas respectivas IES, trabalharam por três dias em São Paulo Capital, analisando dados da Planilha de Dados do SNPG, bem como comparando-os com aqueles enviados pelos PPG à Plataforma Sucupira nos anos de 2013 e 2014.

Assim, os PPG da Área tiveram analisados por indicadores qualitativos e quantitativos os seguintes quesitos:

- 1) Proposta do Programa;
- 2) Corpo Docente;
- 3) Corpo Discente, Teses e Dissertações;
- 4) Produção Intelectual;
- 5) Inserção Social.

Os indicadores quantitativos permitiram analisar os dados por conjuntos de gráficos estáticos, enquanto os indicadores qualitativos permitiram avaliar os dados por conjuntos de quadros sintéticos.

A metodologia adotada pela Área para a realização da análise dos dados referentes à 2013 e 2014, e à organização do Seminário de Acompanhamento, valeu-se das seguintes etapas:

1) Discussão com os Coordenadores Adjuntos da Área sobre o Programa Preliminar do Seminário de Acompanhamento.

2) No programa do seminário foram incluídas apresentações, seguidas de discussões, sobre os seguintes temas: Considerações gerais sobre o estágio atual da Área; Mestrados Profissionais em Medicina Veterinária; Formas associativas de PPGs na Medicina Veterinária; Modalidade de apoio à Educação Básica na Medicina Veterinária; Inovação em Medicina Veterinária; Internacionalização em Medicina Veterinária; Apresentação da “Fotografia de Meio Caminho” da Área; Discussão sobre critérios Qualitativos e Quantitativos de Avaliação.

3) Discussão com os Coordenadores Adjuntos da Área sobre a metodologia referente à análise dos dados da Planilha de Dados do SNPG e da Plataforma Sucupira, dos PPG da Área, referentes à 2013 e 2014.

4) Discussão sobre a composição da Comissão Responsável, datas e confecção do Relatório.

5) Nos dias 29, 30 e 31 de Julho de 2015, a Comissão Constituída por 22 professores, reuniu-se na Cidade de São Paulo para a realização da tarefa.

6) Coube a cada avaliador analisar os dados de 3 a 4 PPGs que não estivessem relacionados às suas IES de origem, e tampouco às suas IES de formação. Uma Comissão constituída por 3 membros, leu e analisou todas as propostas (Quesito 1), bem como a Inserção Social dos Programas (Quesito 5). As análises foram precedidas de uma apresentação do Coordenador de Área, sobre o propósito da CAPES em realizar a “Fotografia de Meio Termo da Área”.

Os resultados obtidos demonstraram o número total de artigos publicados por Programa de Pós-Graduação no período (2013-2014) e o número total de artigos publicados por docente, por Programa de Pós-Graduação no período (2013-2014). As propostas dos Programas, do corpo docente, do corpo discente e da inserção social foram avaliadas, recebendo os conceitos (atende, não atende, atende parcialmente e não se aplica), considerando os mestrados e doutorados acadêmicos, os mestrados profissionais e as diferentes regiões do país.

Durante o Seminário de acompanhamento a Área optou por organizar uma discussão sobre os critérios Qualitativos e Quantitativos do Documento de Área vigente naquela ocasião. Para tanto, os 80 membros participantes do Seminário foram distribuídos em 6 grupos de Trabalho (GTs), os quais analisaram, discutiram e elaboraram relatórios sobre os seguintes temas:

GT1- Mestrados Profissionais: Recomendações para cursos novos e Ficha de Avaliação;

GT2- Mestrados e Doutorados Acadêmicos: Recomendações para cursos novos;

GT3- Multi e Interdisciplinaridade; Apoio à Educação Básica; Evolução da Avaliação da Área; Principais estratégias na busca da Excelência.

GT4- Temas a serem tratados com atenção pela Área: Peculiaridades da Área; Formas associativas de PPG; Tendências de Inovação; Internacionalização; Formação de RH para empresas e para a solução de problemas nacionais; Ensino à distância;

GT5- Patentes: Classificação de livros, sugestões para a plataforma sucupira;

GT6- Ficha de avaliação dos Mestrados e Doutorados Acadêmicos e Mestrados Profissionais.

O GT1 coordenou importante discussão sobre os mestrados profissionais, e a partir deste evento elaborou critérios específicos para os APCNs Mestrados Profissionais da Área bem como para a Ficha de Avaliação de Mestrados Profissionais: Todas as sugestões foram incorporadas pela Área, na ocasião da reestruturação do presente Documento da Área.

O GT2 sugeriu complementar o texto Documento de Área referente à situação do impacto das subáreas Clínica e Cirurgia Veterinária e Reprodução Animal. Sugeriu ainda considerar indicadores para a inserção do Ensino Médio na área, e acrescentar ao documento informações sobre internacionalização. O GT3 sugeriu avaliar de maneira mais adequada as assimetrias regionais as aptidões regionais relacionadas à Área, o nº de PPG por densidade de população de animais de produção e de estimação, informar os cursos de excelência por região, verificando se há oscilação de conceitos de PPG por região. Sugeriu ainda buscar novos parâmetros para avaliar a movimentação do agronegócio voltado para a indústria animal, e a movimentação financeira ligada ao mercado pet. Quanto ao papel da Medicina Veterinária na atualidade, O GT sugeriu também formar recursos humanos para atender áreas emergentes na Medicina Veterinária (Ex.: bem-estar animal), incentivar a produção do conhecimento, tecnologia e formar profissionais capacitados para atender a crescente demanda por alimentos de alta qualidade, e intensificar os intercâmbios entre PPG. Além disso, sugeriu minimizar as assimetrias regionais. Quanto às áreas portadoras de futuro em Medicina Veterinária, o GT sugeriu à área atuar na formação de professores para o ensino fundamental e médio e na gestão e administração de RH voltados para a formação de analista de pesquisa e desenvolvimento na indústria e em atividades relacionadas a Hospitais, Biotérios e Indústrias.

O GT3 considerou ainda incluir nos PPG outras áreas do conhecimento, incentivar intercâmbios, respeitar as propostas de cada PPG, e dar atenção ao exercício legal da profissão. Considerou também as ações educativas voltadas ao ensino básico e desenvolvimento de projetos que respeitem as normas de biossegurança. Apontou dificuldades na Sucupira, demonstrando preocupação com a forma qualitativa de avaliação (definição de métricas). Considerou para o egresso 3 anos pós defesa de tese/dissertação. Quanto às estratégias nas buscas de excelência foram consideradas a necessidade do aumento do aporte financeiro, incentivar projetos de colaboração internacional, solicitar a CAPES buscar novas maneiras para ampliar o orçamento, incentivar a qualificação internacional de docentes e discentes e disponibilizar o portal de periódicos para IES Privadas. O GT4 considerou o caráter multidisciplinar de Área, incluindo as atividades de extensão, sugeriu valorizar mais os resultados dos projetos de cooperação entre PPGs, identificar Redes de Cooperação na Sucupira, trabalhar com conceito mais abrangente de inovação, com formas alternativas de ensino (Ex.: cotutela), integração com órgãos reguladores (Políticas Públicas), Recursos Naturais e Procedimentos, Técnicas e Terapias Alternativas. No atinente à internacionalização o GT considerou seu conceito amplo e abrangente envolvendo os grupos de excelência e os grupos carentes. O grupo sugeriu o estímulo ao treinamento de docentes, a necessidade de formar RH para as empresas e para a solução de problemas nacionais. Quanto ao ensino à distancia em Medicina Veterinária, o GT considerou essa uma alternativa ao ensino convencional, sugerindo a CAPES um banco de informações disponíveis a grupos associados, O GT5 sugeriu que a publicação de livros ainda não é relevante para a Área, observando a Plataforma Sucupira, criar a categoria de egresso do Sistema, criar autossalvamento no sistema, aprimorar o cadastro de participantes externos, fazendo que ele seja mais simplificado, e utilizar o DOI no lançamento dos artigos. Sobre as sugestões para os APCNs o GT considerou elencar com clareza os grupos de pesquisa vinculados as propostas, assim como define como preocupante o futuro de novos programas de PG. O GT6 sugeriu importantes contribuições para a ficha de avaliação dos mestrados e Doutorados Acadêmicos, as quais têm sido incorporadas no presente documento.

Finalmente, a Área considerou o incentivo ao credenciamento rápido de docentes jovens, o apoio institucional e regras menos rígidas para que os mesmos sejam considerados permanentes. Assim, são considerados jovens docentes permanentes, aqueles que defenderam doutorado a partir de 2009, incluindo 2009. Vários indicadores na ficha de avaliação apresentam o número de docentes permanentes no denominador. Em todos eles serão descontados os jovens docentes permanentes no denominador ($DP = DP \text{ Total} - JDP$).

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	O conjunto de atividades deverá atender à(s) área(s) de concentração proposta(s), suas linhas de pesquisa e projetos em andamento. A proposta curricular deverá ser adequada e coerente com as metas do Programa. Anualmente o Programa deverá informar as modificações, adequações, inovações e diferenciais ocorridos no período. Serão considerados os aspectos relativos à inovação e multidisciplinaridade. A grade curricular deverá oferecer oportunidade de ampla formação de mestres e doutores. As ementas das disciplinas deverão refletir seus avanços mais recentes, e a bibliografia recomendada deverá estar atualizada.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção	40%	O Programa deverá informar nos relatórios as metas a serem atingidas tanto no avanço do conhecimento e na formação de recursos humanos quanto na inserção social, tendo em

<p>do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>		<p>vista os desafios nacionais e internacionais da área. O planejamento do programa deverá conter claramente definida a política de renovação do corpo docente e a modernização das linhas de pesquisa. Os programas deverão incentivar o credenciamento rápido dos docentes jovens recém contratados, oferecendo-lhes infraestrutura adequada. Serão considerados jovens docentes permanentes os docentes permanentes que defenderam o doutorado a partir de 2009, incluindo 2009. É desejável que o PPG tenha conhecimento sobre o destino dos seus egressos.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p align="center">20%</p>	<p>A infraestrutura disponível (própria ou convênios/acordos) para o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração, bem como, as condições laboratoriais, áreas experimentais, áreas de informática e a biblioteca deverão ser adequadas ao desenvolvimento das atividades do programa. O relatório deverá conter um plano de modernização/expansão dos laboratórios e do parque instrumental.</p>
<p>2 – Corpo Docente</p>		<p align="center">20%</p>
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p align="center">20%</p>	<p>Nos casos de Mestrado Acadêmico e Doutorado, o Corpo Docente tem que possuir o título de Doutor, possuir experiência e ter perfil acadêmico e produção científica adequada ao Programa. Será avaliada a estratégia dos programas em termos de aprimoramento continuado dos docentes mediante estágios de pós-doutorado, licenças sabáticas e programas de colaboração nacional e internacional. A proporção de docentes com experiência no exterior (professor visitante, pós-doutorado, doutorado pleno e sanduíche) será considerada.</p> <p>Verificar se a formação dos docentes é diversificada quanto a instituições; valorizar os indicadores de atualização da formação e</p>

		<p>de intercâmbio com outras instituições; avaliar aspectos como: experiência, projeção nacional e internacional, natureza da produção intelectual, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área. No caso de programas com doutorado, verificar se o Corpo Docente tem atraído estágios seniores, pós-doutorais ou atividades similares.</p> <p>Verificar se há critérios e procedimentos bem definidos e adequados para o credenciamento de orientadores do Mestrado e do Doutorado.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p style="text-align: center;">20%</p>	<p>Verificar se o programa tem uma base sólida em seu núcleo de Docentes Permanentes (DP) de modo a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa. Apontar se o programa depende em excesso de professores colaboradores ou visitantes. Considerar a proporção de permanentes em face dos demais docentes em relação às atividades de orientação, docência e publicação científica. A proporção deverá seguir os parâmetros definidos pela área. É desejável que o programa tenha no mínimo 70% de docentes permanentes e que o percentual de DP em condições especiais (PRODOC e conveniados), em relação ao total de DP, não ultrapasse 30%.</p> <p>Analisar a trajetória da equipe de DP, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar queda de qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa.</p> <p>A alteração de docente permanente para colaborador deverá ser devidamente justificada.</p> <p>Serão analisados os percentuais de docentes permanentes com orientações em</p>

		andamento e com aula na pós-graduação. Os percentuais serão calculados excluindo os jovens docentes permanentes, definidos como aqueles que defenderam o doutorado a partir de 2009, incluindo 2009 (DP = DP Total – JDP).
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	40%	Verificar se há equilíbrio na participação dos Docentes Permanentes ministrando disciplinas e orientando na Pós-graduação. Verificar a participação docente, as formas e o impacto da atuação destes em projetos de pesquisa e sua capacidade de manutenção dos mesmos, seja como bolsista de produtividade (PQ) do CNPq, seja na obtenção ou captação de financiamentos (públicos ou privados) e participação em programas ou projetos especiais. É desejável que o programa tenha, no mínimo, 80% de Docentes Permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na Pós-graduação e em pesquisa e desenvolvimento de projetos no quadriênio.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	20%	Avaliar a participação dos docentes nas atividades de ensino e orientação na graduação (orientação de IC, monografia, tutoria e estágios formais). Considerar as implicações positivas dessa participação na formação de futuros ingressantes na PG. É desejável que o programa tenha, no mínimo, 70% de Docentes Permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na Graduação.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo	30%	Avaliar a quantidade de teses (T) e dissertações (D) concluídas em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do

<p>docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>		<p>corpo discente, verificando se a proporção é adequada e se as T e D concluídas indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação.</p> <p>O número de titulações será calculado excluindo os jovens docentes permanentes (DP = DP Total – JDP). Caso estes docentes tenham contribuído no numerador, ela deverá ser contabilizada.</p>
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p style="text-align: center;">15%</p>	<p>Será avaliado se todo discente tem orientador e se todos os Docentes Permanentes orientaram pelo menos um aluno no triênio. A distribuição discente/docente deverá ser equilibrada. Na Medicina Veterinária a relação aluno/orientador deverá situar-se entre 2 e 12 alunos/orientador (Valor este absoluto e não média). Este valor considera o número total de alunos por orientador, considerando TODOS os PPGs onde o docente atua.</p> <p>Docentes pesquisadores do CNPq ou com produção científica equivalente, com capacidade de captação de recursos, com comprovada experiência na formação de Mestres e Doutores e estrutura laboratorial adequada poderão ter maior número de orientados, porém nunca acima de 20.</p> <p>Programas que tiverem docentes sem orientandos ou docentes com mais 12 (doze) alunos, desde que não preencham os requisitos de excelência descritos acima, serão penalizados. O cálculo efetuado terá excluído os jovens docentes permanentes (DP = DP Total – JDP).</p>

<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da Pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	45%	<p>As teses e dissertações devem estar vinculadas às atividades e ao perfil do programa, e é desejável que todo o trabalho de conclusão (T e D) gere publicações. Recomenda-se o envolvimento de membros externos ao Programa de Pós-Graduação nas bancas de dissertações de mestrado e externo a IES nas bancas de tese de doutorado. Analisar a participação de Discentes-autores, quanto ao número de artigos publicados e a proporção de discentes-autores em relação ao total de discentes do programa. Avaliar a participação dos alunos de graduação, bolsistas de IC, estagiários e monitores em congressos e produção bibliográfica (anais e periódicos).</p>
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p>	10%	<p>Será avaliada pelo tempo mediano de formação de Mestres e Doutores.</p>
4 – Produção Intelectual	35%	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p>	55%	<p>A produção intelectual será avaliada tendo por base o Qualis da área. A área recomenda que a produção de docentes permanentes que participam em mais de um Programa seja discriminada pelos coordenadores, levando-se em consideração o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção. Será considerada a produção vinculada às linhas e projetos de pesquisa do programa. A produção intelectual também será avaliada pelo número médio de artigos publicados pelo corpo docente permanente nos estratos superiores do Qualis (A1-B1). O cálculo efetuado excluirá os jovens docentes permanentes ($DP = DP \text{ Total} - JDP$). Caso estes docentes tenham contribuição no numerador, ela deverá ser contabilizada.</p>

<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Será verificada a distribuição das publicações do Qualis entre os Docentes Permanentes. É recomendável que todo Docente Permanente publique nos estratos superiores do Qualis e que a produção seja distribuída entre os docentes, áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa. A produção intelectual dos egressos será correspondente a 5 anos.</p>
<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>15%</p>	<p>Verificar a existência de produções relevantes compatíveis com o perfil do programa e o Corpo Docente Permanente. As patentes serão analisadas em função do seu estágio (depositadas, concedidas ou licenciadas). Serão avaliados livros, capítulos de livros e produtos de inovação, como stat-up e spin-off, etc.</p>
<p>5 – Inserção Social</p>	<p>10%</p>	
<p>5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.</p>	<p>60%</p>	<p>Serão considerados os seguintes itens: Desenvolvimento Tecnológico; Impacto Regional; Impacto Educacional; Atuação Acadêmica destacada; Cooperação com o setor público e privado. As atividades de ensino e divulgação científica serão avaliadas, tais como: atividades dos programas com relação a ensino e divulgação de material didático de qualidade e divulgação científica; integração e cooperação com escolas de educação básica, com vistas ao seu desenvolvimento; organização de feiras, oficinas, visitas a laboratórios, formação e reciclagem de professores de educação básica; desenvolvimento de material didático para a educação básica e para a formação de professores; atividades de cooperação entre programas de pós-graduação em educação básica; foco nos problemas locais, regionais e nacionais; atividades de popularização da ciência; outras interações com a comunidade;</p>

		propostas de Dinter/Minter.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e Centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação.	25%	Participação em programas de cooperação e de intercâmbio; participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da Pós-graduação em regiões ou mesorregiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como “Casadinho”, PROCAD, Dinter/Minter ou similares). Programas oficiais de cooperação nacional e internacional; estratégias de internacionalização.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	5.3.1 Manutenção de página <i>Web</i> nas versões Inglês, Português e Espanhol. Divulgação de forma atualizada dos dados internos do Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas. Área(s) de Concentração, suas linha(s) de pesquisa, Corpo Docente, Corpo Discente e formas de contato. 5.3.2 Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações Divulgação na íntegra das Teses e Dissertações defendidas na <i>Web</i> .

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do programa.	30%	Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional proposto; Analisar as ementas das disciplinas, observando conteúdos, referências e estratégias pedagógicas; Analisar a presença de disciplinas metodológicas e instrumentais necessárias ao desenvolvimento dos projetos; Anualmente o Programa deverá informar as modificações, adequações, inovações e diferenciais ocorridos no período.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo as demandas sociais, organizacionais ou profissionais	20%	Analisar os mecanismos de interação entre o programa e os respectivos campos profissionais; Analisar a coerência entre o programa proposto e o público alvo
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	A infraestrutura disponível (própria ou convênios/acordos) para o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração, bem como, as condições laboratoriais, áreas experimentais, áreas de informática e a biblioteca deverão ser adequadas ao desenvolvimento das atividades do programa.
1.4 Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora	20%	Examinar as perspectivas do Programa, quanto ao seu desenvolvimento futuro, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto a inserção social; Analisar a adequação da proposta às necessidades regionais e nacionais do campo profissional
1.5 Articulação do Programa de Mestrado Profissional com cursos	10%	Examinar a articulação entre o Programa de Mestrado Profissional com os demais cursos

acadêmicos de pós-graduação na mesma instituição		acadêmicos da mesma IES, verificando a participação de docentes dos cursos acadêmicos no MP.
2 – Corpo Docente	25%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando a experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	40%	Analisar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação; Analisar se o corpo docente tem titulação e/ou atuação em PD&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	Analisar a dimensão e a estabilidade do corpo docente permanente; analisar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes ao programa. Analisar se os projetos de pesquisa e desenvolvimento contam com financiamento. É desejável que o programa tenha no mínimo 70% de docentes permanentes e que o percentual de DP em condições especiais (conveniados e outras formas), em relação ao total de DP, não ultrapasse 30%. É recomendável a ampliação do Corpo Docente permanente; porém a alteração de docente permanente para colaborador deverá ser devidamente justificada.

<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Analisar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes, ministrando disciplinas e orientando.</p> <p>Analisar a existência de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p>
<p>3 – Corpo Docente e Trabalho de Conclusão de Curso</p>	<p>20%</p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão de curso (MP) aprovados no período de avaliação e sua distribuição em relação ao corpo docente titulado e ao corpo docente do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Analisar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período.</p>
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e Egressos</p>	<p>40%</p>	<p>Analisar a proporção de discentes e egressos autores (titulados nos últimos 4 anos) com publicações em relação à dimensão do corpo docente;</p> <p>Analisar a produção do corpo docente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, dentre outros;</p> <p>Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação dos alunos e egressos;</p> <p>Analisar a produção discente com base no Qualis de periódico e produção técnica.</p>

3.3. Aplicabilidade dos trabalhos Produzidos	30%	Examinar a aplicabilidade dos trabalhos de mestrado desenvolvidos pelos alunos junto aos setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, dentre outros. Analisar os resumos dos trabalhos de conclusão que devem conter a explicação do problema, as soluções elaboradas e a aplicação do resultado.
4 – Produção Intelectual	25%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	30%	Analisar a produção bibliográfica (artigos em periódicos) dos docentes permanentes do Programa;
4.2. Produção Técnica, patentes, inovações e outras publicações consideradas relevantes para a Área	40%	Analisar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, dos docentes permanentes do programa, considerando: Documentos elaborados para agências internacionais, Instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a elaboração, implementação e avaliação de políticas de saúde única (animal, ambiental e humana) e políticas na área das ciências agrárias de um modo geral, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico; Participação de docentes como editor, revisor ou associado de periódicos científicos da área do Programa; Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a saúde única e com as ciências agrárias de um modo geral; Consultorias e assessoria técnica no âmbito da saúde única; Desenvolvimento de produtos técnicos e patentes de uso na gestão das políticas de saúde única, nas ações de controle, diagnóstico e tratamento de doenças dos animais.
4.3. Distribuição da produção	30%	Analisar a distribuição da publicação

científica e técnica em relação ao corpo docente permanente do programa		qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
5 – Inserção Social	30%	
5.1. Impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	1) Analisar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional; 2) Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais das dimensões de impacto social, sanitário, tecnológico, ambiental, educacional, econômico e profissional no âmbito local, regional ou nacional.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e Centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação.	20%	1) Analisar a participação em programas de cooperação e intercâmbio com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; 2) Analisar a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, pesquisa e desenvolvimento da pós-graduação ou desenvolvimento tecnológico e/ou social.
5.3 Integração e Cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços no ambiente profissional .	20%	Analisar a atuação dos docentes em atividades de cooperação técnica, formação de recursos humanos, consultorias, pesquisa e outras, junto a Instituições locais, municipais, regional, estadual ou nacional.
5.4 Divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa.	20%	Examinar a divulgação atualizada e sistemática, com ênfase na manutenção de página Web, divulgação dos dados internos do Programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos. Área(s) de Concentração, suas linha(s) de pesquisa, Corpo Docente, Corpo Discente e formas de contato.

		Analisar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado.
--	--	--

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

a. Descrição do grau de internacionalização da área

A internacionalização pode ser conceituada como um conjunto de ações planejadas que visam à melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, por meio da reciprocidade no processo de construção do conhecimento. Estas ações decorrem da mobilidade de docentes e discentes, parcerias e trocas de experiências, publicação, entre outras.

A existência de programas de intercâmbio internacional é de grande importância tanto para alunos como para os docentes-pesquisadores. Tais programas propiciam oportunidades de realização de cursos e a imersão em ambientes universitários com longa tradição bem como o acesso a laboratórios bem equipados e a colaboração em pesquisas avançadas.

O fluxo inverso de alunos e pesquisadores é tão ou mais importante para a verdadeira internacionalização. O desenvolvimento de planos estratégicos de internacionalização, incluindo entre outros a criação e estruturação de escritório de relações internacionais, a definição de instituições (parceiros estratégicos) com as quais se pretende desenvolver intercâmbios docentes e discentes, tais como dupla titulação na pós-graduação, programas de doutorado sanduíche, cotutelas e dupla titulação na pós-graduação, intercâmbio regular de professores e pesquisadores, deverão ser incentivados e valorizados nos PPG, devendo buscar um equilíbrio entre as ações de envio de pessoas para o exterior e a vinda de visitantes estrangeiros para o Brasil.

São considerados desafios da pós-graduação em Medicina Veterinária, a internacionalização dos programas de pós-graduação, valendo-se abrangente conceito de internacionalização. Tal conceito se diferencia da inserção internacional como resultado desse processo e como reflexo da qualidade científica e do reconhecimento internacional do programa. O reconhecimento internacional surge como consequência da qualidade na formação de recursos humanos nos centros envolvidos. As ações planejadas devem ser focadas nos objetivos e finalidades tendo como contexto a realidade nacional. Os critérios utilizados pela área abrangem a participação de docentes e discentes vinculados ao PPG em comissões de cooperação internacional, celebração e resultados de convênios de cooperação internacional, visibilidade internacional, financiamento internacional, linhas de pesquisa com envolvimento de cooperação internacional, bibliotecas de alto padrão, utilização de idiomas estrangeiros, disciplinas em inglês, participação de estrangeiros em bancas examinadoras, recepção e orientação de discentes do exterior, pesquisadores e docentes estrangeiros no PPG, discentes no exterior, editoração de periódicos internacionais, participação em assessorias, rede de pesquisa internacional e seus resultados, dupla titulação etc.

Os programas de pós-graduação da área deverão demonstrar sua visibilidade internacional mediante sites em 3 idiomas (português, inglês e espanhol), contendo o nome do PPG e informações gerais, seu escopo, seus objetivos, linhas de pesquisa, disciplinas, ementas e processo de seleção.

b. No contexto da internacionalização, considerações a respeito dos critérios da área para atribuição de notas 6 e 7

De acordo com o Regulamento para a Avaliação Quadrienal 2017 (2013-2016), as **notas 6 e 7** serão reservadas **exclusivamente** para os programas com doutorado que obtiveram **nota final 5 e conceitos Muito Bom (MB)** em **todos os quesitos da ficha de avaliação** e que atendam, **necessariamente**, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;

- Nucleação
- **Nota 6:** predomínio de conceito Muito Bom (MB) nos itens de **todos os quesitos da ficha** de avaliação, **mesmo com eventual** conceito Bom (B) em **alguns itens**.
- **Nota 7:** Conceito Muito Bom (MB) em **todos os itens de todos os quesitos da ficha** de avaliação

Será considerada a utilização de critérios em todos os quesitos de avaliação a utilização de critérios de avaliação da internacionalização tais como:

- 1) Relevância das linhas de pesquisa como fator de atração de estudantes estrangeiros;
- 2) Financiamento do exterior;
- 3) Existência de plano de ação voltado para a atração de estudantes e pesquisadores estrangeiros (idioma, suporte); dupla titulação;
- 4) Existência de cooperação entre pesquisadores;
- 5) Presença de profissionais com experiência internacional que possam contribuir para a busca de parcerias e acordos de cooperação internacional;
- 6) Oferta de cursos e disciplinas em outros idiomas;
- 7) Participação em eventos e cursos internacionais;
- 8) Participação de docentes estrangeiros no PPG ou com experiência internacional (Ex.: Doutorado Pleno, Estágio Sênior, pós-doutorado). Sugere-se considerar instituições de referência na Área;
- 9) Publicações em colaboração internacional;
- 10) Prêmios de reconhecimento ou destaque internacional;
- 11) Participação de discentes estrangeiros no PPG;
- 12) Citação por autores internacionais;
- 13) Internacionalização solidária;
- 14) Site em 3 idiomas e equipe capacitada para oferecer informações em outros idiomas.

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Impactos gerados pelo programa de pós-graduação

Os impactos de um programa de pós-graduação podem ser contabilizados por meio das ações de seus docentes e egressos, bem como, pelas transformações geradas pela respectiva produção intelectual, seja ela de cunho científico ou tecnológico.

Neste sentido deve-se levar em conta a análise dos produtos gerados (“outputs”) e resultados das mudanças (“outcomes”) advindas dos partícipes dos programas, que nortearam a proposta. Para tanto, são propostas novas dimensões de análise, incluindo egressos e outros resultados que o programa gerou.

Ainda que os docentes, funcionários e alunos dos programas possam ser agentes de mudanças sociais, consideram-se que os principais agentes transformadores são os Egressos, principais produtos dos programas de pós-graduação, cuja qualidade se reflete no destino e atuação profissional desses egressos nos sistemas de ensino, pesquisa, serviços, formulação e monitoramento/avaliação de políticas públicas e no mercado de trabalho em geral, gerando, potencialmente, impacto social.

São considerados impactos as contribuições e benefícios para a comunidade científica (com a progressão do conhecimento) e para a sociedade (com consequências práticas sobre a progressão do conhecimento).

Considerando estas observações, o impacto social da pesquisa pode ser definido como "uma influência ou benefício (realizado ou esperado) a partir dos resultados da atividade de investigação para a comunidade de investigação ou para a sociedade em geral". (Rocha Lima & Wood, 2014).

Os impactos relativos a egressos podem ser considerados da seguinte forma:

- Inserção de egressos em organismos internacionais; em Órgãos Públicos federais, estaduais; municipais; em Universidades Públicas e Privadas.
- Inserção profissional em entidades / organizações sociais, na coordenação ou cargos profissionais em movimentos sociais.
- Assessoria, consultoria a organizações da sociedade civil
- Direção de organizações da sociedade civil, de defesa de direitos.

- Desenvolvimento de patentes e outros produtos tecnológicos que permitam a inovação.
- Inserção dos egressos no sistema educacional.
- Inserção dos egressos no sistema de ciência, tecnologia e inovação.
- Inserção internacional do egresso.

Os impactos de colaboração com outras universidades podem ser assim considerados:

- Colaboração com outros programas de pós-graduação para superar assimetrias históricas entre programas e regiões, através de projetos coletivos, participação em bancas de defesa de teses e dissertações, participação em comissão de seleção à pós-graduação, atuação como professor colaborador.
- Recepção de docentes para estágio pós-doutoral com possibilidade de estabelecimento de intercâmbios de pesquisa e mobilidade estudantil.
- Participação em bancas de concurso público para seleção de docentes.

Os impactos de participação em políticas públicas, podem ser assim analisados:

- Análise científica de questões sociais que demandam intervenção do poder público, através de políticas sociais, para aperfeiçoamento dessas políticas.
- Participação em pesquisas promovidas pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, para fundamentar ações implementadas por instituições públicas e da sociedade civil.
- Realização de eventos abertos à comunidade, com participação de profissionais vinculados a órgãos públicos, com temáticas nas áreas de políticas sociais.
- Assessoria e consultoria a órgãos públicos para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas ao atendimento de populações vulneráveis.
- Capacitação de recursos humanos de políticas públicas, ou atividades de formação de recursos humanos para órgãos públicos, como capacitação para gestores e profissionais ligados às áreas de políticas sociais.
- Investimento na qualificação da representação de diferentes segmentos nos conselhos de defesa dos direitos.
- Colaboração na organização de conferências de políticas públicas.

- Assessoria e consultoria para organização e relatoria de conferências.
- Organização e coordenação de cursos de capacitação para profissionais da administração pública no âmbito da seguridade social, em resposta a editais públicos de chamada para apresentação de projetos.
- Realização de cursos para trabalhadores de órgãos públicos de políticas sociais.
- Assessoria a órgãos governamentais.
- Representação de área na capes, no cnpq ou em agências estaduais de fomento à pesquisa.
- Assessoria/colaboração a áreas na capes (visitas técnicas a programas, participação em análise de propostas para fomento, membro de comissão de avaliação de teses para concessão de prêmio).
- Cargos em secretarias de estado, ou municipais.
- Desenvolvimento de avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil.

As interações com órgãos públicos governamentais e não-governamentais podem ser assim consideradas:

- Convites para participação em eventos científicos ou profissionais como conferencista, debatedor.
- Membro de comissão científica e/ou organizadora de eventos científicos ou técnicos, que contribuam para a educação permanente dos profissionais.
- Parecerista para avaliação de comunicações científica ou técnica em eventos.
- Parecerista para órgãos de fomento, para análise de projetos de pesquisa.
- Parecerista para periódicos científicos.
- Coordenação de GTs de associações científicas nacionais e internacionais.
- Consultoria ad hoc para agências de fomento à pesquisa, como Capes, CNPq e fundações estaduais de pesquisa.
- Coordenação de programas PET.
- Capacitação para inserção em espaços participativos, como conselhos de políticas sociais ou conselhos gestores de unidades de serviços.
- Capacitação de lideranças comunitárias e conselheiros de políticas públicas.

- Realização de cursos, seminários, palestras e debates juntos aos movimentos sociais, órgãos públicos e ONGs.
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas para instituições públicas e privadas
- Direção político-acadêmica de entidades acadêmicas e científicas e de organizações representativas de categoria profissional.
- Aula aberta, roda de debates com participação de egressos, profissionais, lideranças comunitárias.
- Desenvolvimento de projetos de extensão.
- Participação em comissões de formulação de programas e projetos sociais.
- Assessoria a movimentos sociais.
- Desenvolvimento de atividades socioeducativas sobre os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.
- Disponibilização de conhecimentos sobre a política sociais, potencializando a luta política para a democratização das informações e a ampliação do acesso.
- Desenvolvimento de projetos e programas de desenvolvimento social e comunitário, que beneficiam comunidades locais e regionais.
- Divulgação de resultados de pesquisas junto a grupos sociais estratégicos.
- Estabelecimento de vínculos de grupos de pesquisa com organizações não-governamentais.
- Participação em bancas de concurso público para professores da carreira ou substitutos.
- Participação em comissões técnicas vinculadas a universidades e órgãos públicos.
- Assessoria a projetos de pesquisa em temáticas específicas.
- Prêmios recebidos por projetos apresentados ou contribuições a políticas públicas.
- Inserção de docentes e discentes da pós-graduação em projetos de ensino, pesquisa e extensão na área da educação.
- Desenvolvimento de sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil.

- Entrevistas na mídia escrita, falada ou via web, discutindo políticas públicas, direitos sociais.
- Elaboração de vídeos, documentários, cartilhas, materiais de divulgação científica nas mídias.

As interações com órgãos não-governamentais podem ser assim consideradas:

- Ações de extensão universitária voltadas a temáticas de interesse da sociedade civil.
- Participação em fóruns de discussão para articulação com movimentos sociais.
- Parceria com ONGs para desenvolvimento de treinamentos, capacitações, realização de projetos, desenvolvimento de seminários e debates, realização de pesquisas, assessoria a estudos e pesquisas.
- Orientação para acesso às políticas públicas e à garantia de direitos fundamentais.
- Mobilização da sociedade civil para criar e fortalecer os serviços sociais governamentais e não-governamentais, contribuindo para a garantia de direitos e cidadania.
- Abertura de vagas em disciplinas da pós-graduação para alunos especiais profissionais atuantes em organizações não-governamentais.

As atividades que geram impactos educacionais podem ser assim consideradas:

- Publicação de livros, artigos e materiais didáticos para os cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e extensão.
- Contribuição para a formação de recursos humanos e capacitação de pessoal para atuação na educação básica, por meio de colaboração com programas de pós-graduação para professores da educação básica.
- Publicação de livros, artigos científicos, vídeos, cartilhas, entre outros, para utilização de professores e alunos da educação básica.
- Publicação de livros utilizados como bibliografia básica em muitos cursos de graduação e pós-graduação, nos vários estados brasileiros e em outros países.
- Participação de alunos da graduação em núcleos ou grupos de pesquisa.
- Publicação de artigos de circulação nacional.

- Apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais, na perspectiva de socialização do conhecimento produzido.
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar a implementação das diretrizes curriculares e de novos cursos de pós-graduação em serviço social em nível nacional e internacional.
- Participação em conselhos editoriais de periódicos nacionais e internacionais.
- Participação de docentes em cursos de extensão e de especialização na modalidade à distância, ministrando aulas e orientando monografias.
- Formação, em nível de pós-graduação stricto sensu, de profissionais ligados à educação básica, de institutos federais, incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), da rede pública de educação municipal ou de organizações não-governamentais.
- Orientação de alunos provenientes de escolas públicas em programa de iniciação científica júnior para aprender os primeiros passos da construção de uma pesquisa nos grupos de pesquisa.